

## **A LÓGICA DO RESULTADO NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: DAS BONIFICAÇÕES FINANCEIRAS À PRECARIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE**

**Costa, Maria Meiriele Soares**

Doutoranda em Políticas Públicas, pela Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil, [meirielesoares@gmail.com](mailto:meirielesoares@gmail.com)

### **Introdução**

Temos observado nas últimas décadas, o avanço progressivo das avaliações em larga escala no contexto educacional brasileiro. Esse avanço transcorre numa conjuntura de crescimento das ideias neoliberais que propaga a redução do Estado, incorporando a educação na lógica de mercado, admitindo como verdadeiro que essa façanha impulsionaria o avanço social e a qualidade da educação.

No cenário brasileiro, a implantação das avaliações em larga escala, ocorre num contexto de reformas políticas orientadas pela ideologia neoliberal. Na década de 1990 é implantado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). No Ceará sob a influência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é criado o SPAECE, Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica visando apartir dos resultados, construir parâmetros para mensurar a qualidade do ensino, bem como, viabilizar a formulação de políticas públicas em educação.

Como resultado da implantação desses sistemas de monitoramento da educação básica, diversos instrumentos foram criados em articulação com os resultados dessas avaliações. Entre esses instrumentos temos o prêmio escola com excelência, regulamentado pelo município de Fortaleza pelo art. 75 da Lei Complementar nº 169/2014, de 12 de setembro de 2014, tendo em vista, reconhecer e premiar as escolas municipais, os alunos e os professores que obtiveram os melhores resultados no SPAECE e SPAECE-ALFA. E o projeto sabadão da equidade, lançado em maio de 2025, pela prefeitura de Fortaleza que, faz parte de um conjunto de ações voltadas para o fortalecimento da aprendizagem e que mobiliza toda a comunidade escolar.

Em relação aos professores, a programação do sábado letivo é de adesão voluntária, contando com a mobilização de dois professores dos componentes curriculares de Língua Português e Matemática, que recebem uma bonificação como forma de reconhecimento pelo trabalho executado, que poderá ser realizado aos sábados e nos quintos tempos de aulas durante a semana, em troca de uma bonificação, ou valor remuneratório extra, por cada aula ministrada.

É diante desse contexto que surge o problema central dessa investigação: Como o sabadão da equidade implementado no município de Fortaleza funciona como mecanismos de responsabilização sob a justificativa de recompor a aprendizagem dos alunos, ao mesmo tempo que precariza o trabalho docente e contribui para a consolidação de práticas

mercadológicas na educação pública? Essa proposta de pesquisa se justifica sob a ótica de três dimensões. A primeira envolve a dimensão laboral que trata sob o aumento da jornada de trabalho do professor, a partir do uso pelo poder público de bonificações temporárias. A dimensão pedagógica que foca numa educação voltada para alcançar metas. E a dimensão política que envolve a transferência de responsabilização estatal para os indivíduos.

Como consequência desse cenário, objetiva-se examinar como o sabadão da equidade implementado pelo município de Fortaleza se configura como mecanismo de accountability, destacando como a lógica de mercado é transferida para os professores e as consequências disso para a educação pública. Identificar os vestígios da ideologia neoliberal presentes no prêmio escola com excelência em desempenho e no sabadão da equidade, além de discutir e problematizar a precarização do trabalho docente via bonificação e a transferência da responsabilização estatal para os indivíduos.

## Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem crítica, utiliza-se da revisão de literatura, bibliográfica e análise documental. Para refletir sobre a introdução dos valores de mercado na educação, faz-se uso das contribuições teóricas de Freitas (2018) e Laval e Dardot (2019). A análise documental centra-se na legislação do município de Fortaleza, Lei Complementar nº 169/2014 que implanta o prêmio escola com excelência em desempenho e em publicações institucionais da Secretaria Municipal da Educação (SME) referentes ao projeto sabadão da equidade e ao SPAECE.

## Resultados e discussões

### Avaliações em larga escala e seu papel central nas reformas educacionais.

Temos observado nas últimas décadas, o avanço progressivo das avaliações em larga escala no contexto educacional brasileiro. Esse avanço transcorre numa conjuntura de crescimento das ideias neoliberais que propaga a redução do Estado, incorporando a educação na lógica de mercado. Seus defensores, admite como verdadeiro, que esta façanha seria responsável por impulsionar avanço social com qualidade. Inclusive, essa lógica política e econômica é defendida por organizações internacionais que segundo Laval e Dardot (2019, p.29) “[...] transformam a competitividade no axioma dos sistemas educacionais: a competitividade econômica é também competitividade do sistema educacional[...].” Diante desse cenário e para a economia, a escola se torna um importante motor para o seu desenvolvimento.

No Brasil, a implantação das avaliações em larga escala segue a esteira das reformas políticas da ideologia neoliberal, que “[...] olha para a educação a partir da sua concepção de sociedade, baseada em um livre mercado [...] cuja própria lógica produz avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência” (Freitas, 2018, p.31). Segundo essa visão, com a transposição de valores do mercado para a educação, esta deixa de ser um direito social garantido pelo Estado, para se transformar em serviço. Essa transformação além considerar famílias como clientes e alunos como produtos, podem também, resultar na exclusão de famílias pertencentes a grupos sociais vulneráveis, elevar as desigualdades sociais e de aprendizagem e priorizar o lucro em detrimento de uma educação de qualidade. Assim sendo,

como a educação passa a ser distanciada dos seus vínculos sociais, a formação dos educandos segue sendo orientada pela lógica da competitividade.

No caso do Brasil, a década de 1990 demarca esse avanço com a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Nos estudos de Bonamino e Souza (2012) foram identificadas três gerações de avaliações em larga escala ofertadas no Brasil. A primeira geração caracterizava-se apenas pelo seu caráter diagnóstico, sem consequências para escolas e o currículo. Na segunda e a terceira geração, observa-se a presença de políticas de responsabilização e consequências para os que atuam nas escolas. É importante frisar que o avanço desse modelo de avaliação surge num momento de crise do Estado regulador, caracterizado como oneroso e burocrático.

No Ceará, em virtude do poder de influência do SAEB nas redes estaduais e municipais de ensino é criado o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará, Spaece. Esse sistema de avalia de forma censitária e anual, a proficiência de alunos do ensino fundamental do 5º ano, 9º ano 3º ano do ensino médio e Educação de jovens e Adultos nas disciplinas de Português e Matemática. Além de avaliar o nível de alfabetização dos alunos do 2º ano do ensino fundamental no Spaece-alfa. Para construir parâmetros para mensurar a qualidade do ensino, bem como das políticas públicas em educação, vários outros instrumentos foram criados em articulação com os resultados dessas avaliações.

No caso do município de Fortaleza, regulamentado pelo art. 75 da Lei Complementar nº.169/2014, de 12 de setembro de 2014, foi criado o prêmio escola com excelência em desempenho (Pemed). A premiação é uma iniciativa da Prefeitura de Fortaleza que objetiva reconhecer e premiar as escolas municipais, os alunos e os professores que obtiveram os melhores resultados no SPAECE e SPAECE-ALFA. Dos critérios levados em consideração para a premiação dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental são apreciados: escolas que tiveram proficiência adequada em português e matemática tanto de forma individual como simultânea, escolas com maior crescimento (a partir de 3%), no desempenho de língua portuguesa e matemática, simultaneamente, em relação ao SPAECE do ano anterior.

A premiação além de estabelecer critérios avaliativos levando em consideração os resultados obtidos pelos alunos do 9º ano no SPAECE, ela também como forma de reconhecimento premia todas as escolas que alcançaram os critérios apreciados. O reconhecimento abrange: O repasse de verbas a ser investido na escola, smartphone, certificação e elogio publicado no diário oficial de Fortaleza. A divulgação dos resultados e dos valores, ocorrem nos principais meios de comunicação local e nas mídias sociais, bem como no site oficial da rede de ensino.

Contudo, sob um prisma mais crítico, esta estratégia de premiação vai muito além do reconhecimento do trabalho pedagógico. A divulgação do resultado nos meios de comunicações reforça a competição entre escolas, como também expõem o lado oculto da accountability, em que se cria um sistema de classificação entre escolas “boas” ou “ruins”.

### **Avaliação e política de responsabilização**

Quando se fala avaliações em larga escala, logo podemos encará-las, em virtude do seu crescente protagonismo, como um mecanismo ou mesmo como um dispositivo de regulação dos sistemas educacionais, transformadas em um termômetro capaz medir a qualidade do ensino das escolas públicas brasileiras. O que vemos é que ela tem servido como um

importante canal para a entrada da lógica de mercado na educação, em que números, valores, produtividade, competitividade, representativo da iniciativa privada, passa a colonizar a educação pública.

A utilização de formas de avaliação de largo espectro (dos estudantes, das escolas e dos professores) tornou-se, nas últimas três décadas, peça principal das estratégias empreendidas pelos Estados nacionais na orientação das mudanças em curso. Na senda de vários autores, é possível afirmar que as formas de avaliação adotadas desde então têm sido responsáveis pela implementação de mecanismos de um “quase-mercado” na educação, a partir dos quais se concretiza a remodelação do papel do Estado na condução das políticas públicas e o fortalecimento nas formas e estratégias de controle educacional. (Schneider, 2015, p. 59).

Um exemplo simbólico dessa dinâmica pode ser visto na rede municipal de educação de Fortaleza. Em maio de 2025, a prefeitura de Fortaleza, lançou o projeto sabadão da equidade, que, faz parte de um conjunto de ações voltadas para o fortalecimento da aprendizagem e que mobiliza toda a comunidade escolar. Ainda que, o discurso da rede municipal ponha em destaque a recomposição da aprendizagem dos conteúdos, na prática fica evidente a presença da lógica de mercado na educação, evidenciada pelo processo de bonificação financeira.

Em relação aos professores, a programação do sábado letivo é de adesão voluntária, contando com a mobilização de dois professores dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, que recebem uma bonificação como forma de reconhecimento pelo trabalho executado. Segundo o site institucional e reforçada pela secretária adjunta, Hernita Carmem. “essa bolsa valoriza a dedicação dos nossos profissionais, que foram essenciais para o êxito das primeiras edições e estão contribuindo diretamente para melhorar a aprendizagem dos estudantes”.

No entanto, sob uma ótica crítica, tal iniciativa pode ser compreendida em um contexto de reconfiguração das políticas educacionais assentada em políticas de responsabilização, em que docentes, imersos nessa política de atomização e quantificação, associa a melhoria da aprendizagem dos estudantes a mecanismos de incentivos financeiros e bonificações, deslocando para os docentes, a responsabilidade do sucesso ou do fracasso do aluno. Como bem apontam Silva e Rostirola (2021, p. 67) “O sistema de bonificação também corrobora na competição entre instituições educativas e entre docentes, o que acarreta o afastamento dos princípios da justiça social e igualdade.” Assim, o que se vende como projeto de equidade revela-se como promotor da desigualdade e da fragmentação, no âmbito do trabalho pedagógico.

Projetos como este de incentivos salariais que visam à melhoria dos resultados nas avaliações em larga escala, ocultam de forma sorrateira, o aumento do tempo de trabalho dos professores para além da carga horária regular das aulas, sem a devida incorporação no plano de cargos e carreiras. Além de consolidar uma cultura de responsabilização pelos resultados obtidos nas avaliações em larga escala, seja de sucesso ou fracasso, deslocando a responsabilidade do Estado e das condições objetivas de ensino. “Surge aqui a oportunidade de trazer à discussão os efeitos das avaliações externas (em especial as de larga escala) concatenando com políticas de accountability” (Tolentino-neto, Amestoy, 2023, p.30).

Trazer a discussão sobre a avaliação em larga e escala e seu elo com a política de accountability educacional, na prática ela nos revela que se trata de um instrumento classificatório do que é bom ou ruim, no qual, a depender do resultado, haverá premiações ou cobranças. No caso do sabadão da equidade, o projeto embora divulgado como uma ação de

recomposição da aprendizagem, resumindo apenas a aulas extra, esconde por trás dessa lógica, uma política de resultados. Esta possui como foco de cobrança os resultados obtidos no Spaace ligado a uma política de incentivo via bonificação caso a meta estabelecida seja alcançada.

Em suma, causa preocupação a forma como a difusão pensamento neoliberal tem adentrado a educação. Inadivindo-a de forma agressiva sob o lema da inovação e modernização, buscando adequá-la aos moldes do mercado, transformando a educação em um sistema de metas, onde o valor dos professores passa a ser ligado a recompensas pelo alcance de metas, inserindo-os a lógica de desempenho docente.

## Conclusão

Essa investigação demonstra que a gestão educacional de Fortaleza, baseada em resultados, ou métricas empresariais, transfere a responsabilidade estatal para os docentes, pressiona os professores para o alcance das metas, intensifica a precarização do trabalho docente e esvazia o debate público sobre a educação e sua função social, aprofundando o abismo entre o trabalho pedagógico e debates sobre a qualidade da educação pública.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo, Avaliação em larga escala, Accountability, Trabalho docente,

## Referências bibliográficas

FORTALEZA. Lei Complementar n. 169, de 12 de setembro de 2014. Dispõe sobre o Prêmio Escola com excelência em desempenho Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ce/f/fortaleza/lei-complementar/2014/16/169/lei-complementar-n-169-2014-dispoe-sobre-a-gestao-democratica-e-participativa-da-rede-publica-municipal-de-ensino-de-fortaleza-institui-o-programa-municipal-de-manutencao-e-desenvolvimento-do-ensino-pmde-modifica-o-estatuto-do-magisterio-de-fortaleza-e-da-outras-providencias?r=p>

FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. Expressão popular, 2018.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Boitempo editorial, 2019.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. **Accountability em educação: mais regulação da qualidade ou apenas um estágio do Estado-avaliador?**. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v. 17, n. 1, p. 58-74, 2015. DOI: 10.20396/etd.v17i1.8634818. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8634818>. Acesso em: 21 de maio. 2024.

SILVA, Monica Ribeiro; ROSTIROLA, Camila Regina. Dispositivos de accountability no estado de Pernambuco e a qualidade das aprendizagens no ensino médio. **EM PERSPECTIVA**, p. 67, 2021.

TOLENTINO-NETO, Luiz Caldeira Brant; AMESTOY, Micheli Bordoli. **Avaliações externas na educação básica: contextos, políticas e desafio**. Cortez Editora, 2023.